

TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton; POMPEU, Júlio César (org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota, 2016.

Resenhado por Maria Aparecida de Sousa¹
Universidade de Brasília

Recebido em: dezembro 2018

Aceito em: fevereiro 2019

[DOI: 10.26512/les.v20i1.20689](https://doi.org/10.26512/les.v20i1.20689)

Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito, coordenado por Micheline Mattedi Tomazi, Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Júlio César Pompeo, oferece aos leitores e leitoras um conjunto de artigos que refletem sobre problemas sociais (parcialmente discursivos, tais como a violência contra mulheres, o racismo, a discriminação de gênero/sexualidade, a violência no discurso religioso, as relações de poder nas práticas jornalísticas e jurídicas. Os textos têm em comum a filiação a abordagens discursivas pautadas na dialética entre linguagem e sociedade e o compromisso com investigações que articulem produção científica e compromisso político.

O livro é um exemplo do crescente interesse entre linguistas e representantes das ciências humanas e sociais pelo desenvolvimento de pesquisas discursivas de natureza crítica e multidisciplinar. Por meio de métodos diversificados, que incluem ou não a análise de discurso textualmente orientada, estudiosos/as investigam problemas de interesse social e acolhem a agenda política de grupos discriminados, contribuindo para a superação de desigualdades e discriminações que os afetam.

A obra *Estudos discursivos...* é o resultado de cinco anos de trabalho do Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia (Gedim) e reúne uma amostra da produção científica de pesquisadores/as do Espírito Santo, de outros estados brasileiros e de um colaborador estrangeiro. Os artigos apresentados filiam-se a diferentes abordagens dos estudos linguísticos, entre elas: Análise de Discurso Crítica; Análise de Discurso de origem enunciativo-discursiva; Semiologia do Discurso; teorias da polidez; teorias da argumentação e Semântica Argumentativa.

Os artigos estão dispostos em três seções temáticas: i) discurso, gênero e mídia; ii) discurso, mídia e sociedade; iii) discurso, mídia e direito. Na primeira seção, são apresentados: “Análise crítica do discurso”, de Teun A. van Dijk; “Violência machista em manchetes jornalísticas”, de Micheline Mattedi Tomazi, Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Jéssica Cabral

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília.

Ortega; “Discurso racista como meio de interdição à educação”, de Denize Elena Garcia da Silva e Fernando César Cezar Melo de Oliveira; “Religiões, homossexualidades e as redes sociais: os discursos que circulam”, de Daniel Melo Ferraz e “Gênero e mídia: perspectivas históricas, sociais e políticas”, de Maria Beatriz Nader.

No artigo de abertura da seção, “Análise Crítica do discurso” (tradução das organizadoras), van Dijk apresenta questões teóricas centrais da ADC (poder, ideologia) e da vertente sociocognitiva da ADC (poder como controle do texto, do contexto e da mente). O autor refuta a ideia de que a ADC seja um método específico e a define como uma prática analítica de natureza interdiscursiva multidisciplinar, uma perspectiva crítica dentro dos estudos do discurso, que ganha unidade pelo uso comum de noções como: “poder, dominância, hegemonia, ideologia, classe, gênero, raça, discriminação, interesses, reprodução, instituições, estrutura social e ordem social, além de noções analíticas de discursos mais familiares” (p. 21). Ao longo do texto, são discutidos os seguintes aspectos: papel da ADC na conexão entre as dimensões micro e macro da ordem social; dominação como abuso de poder; controle do texto, do contexto e da mente por parte de grupos dominantes. O autor também faz referência a algumas áreas da ADC, como estudo de gênero e de raça, e discorre sobre campos de interesse dessa prática analítica, como o discurso político, o discurso da mídia e o discurso institucional e profissional.

No segundo artigo, “Violência machista em manchetes de jornais”, Tomazi, Rocha e Ortega analisam a construção de relações de poder e dominação em manchetes sobre a violência doméstica contra mulheres, veiculadas no jornal capixaba *A Tribuna*. O artigo trata a violência como fenômeno discursivo, o que confere grande responsabilidade aos meios de comunicação na construção (ou desconstrução) de ideologias sexistas e patriarcais. São analisadas cinquenta manchetes publicadas no jornal durante os anos de 2013 e 2014, por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa; o referencial teórico que orienta a pesquisa abrange a vertente sociocognitiva da ADC e os modos de operação da ideologia. Da primeira, as autoras destacam critérios como o uso de estratégias semânticas (significado local, global e dispositivos retóricos) e estruturas discursivas (sintaxe e léxico); da segunda, destacam os modos de operação da ideologia (dissimulação e reificação) e estratégias de construção simbólica (eufemização, naturalização e passivização). As conclusões do estudo apontam para a manipulação de valores ideológicos, por parte do jornal, o que contribui tanto para a reprodução de uma imagem discriminada e sexista da mulher que sofre violência doméstica quanto para a mitigação do comportamento violento do agressor e sua consequente absolvição moral.

No terceiro artigo da seção, “Discurso racista como meio de interdição à educação: nas trilhas da mídia impressa”, Denize Elena G. Silva e Fernando C. M. Oliveira investigam algumas

representações midiáticas acerca de políticas afirmativas de corte racial e a construção discursiva do sujeito cotista, tendo como *corpus* uma notícia veiculada no jornal *Correio Braziliense*. O resultado da análise, orientada pela ADC faircloughiana, aponta para a presença de traços ideológicos de natureza racista no texto e de depreciação de estudantes afrodescendentes, com isso, o texto contribui para a compreensão de discursos midiáticos que veiculam posições racistas e controvérsias políticas acerca dos direitos das populações negras.

O quarto artigo, intitulado “Religiões, homossexualidades e as redes sociais: os discursos que circulam”, foi escrito por Daniel M. Ferrar. Com base na análise discursiva de textos e imagens veiculados por comunidades religiosas do Facebook, o texto expõe a cumplicidade de muitas instituições religiosas e seus/suas líderes com a violência física e simbólica cometida contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). As análises são orientadas por teorias críticas e interpretativas, interpretação como suspeição da verdade e pela produção de pesquisadores/as que estudam a relação entre sexualidade, homossexualidades e religião. Ao longo do artigo, o autor avalia as principais posições assumidas por religiões cristãs em relação à homossexualidade e identifica diferentes modos de homofobia na base de preconceitos e discriminações; na conclusão, reafirma a agenda LGBT, conclamando educadores/as, especialmente professores/as de línguas, a assumir a responsabilidade na formação de cidadãs e cidadãos respeitosos/as dos direitos (humanos e sociais).

No quinto artigo desta primeira seção, “Gênero e mídia: perspectivas históricas, sociais e políticas”, Maria Beatriz Nader analisa aspectos da cultura da violência contra mulheres. As pistas dessa violência (suas rupturas e continuidades) são investigadas em notícias de casos emblemáticos de feminicídio veiculados pela imprensa brasileira, durante o século XX.

Na segunda seção, denominada “Discurso, mídia e sociedade”, são apresentados quatro artigos: “A construção de imagens de si”, de Gustavo Ximenes Cunha; “‘Concordo em parte’ ou ‘discordo totalmente’: ampliando a compreensão do fenômeno das prestações de contas em episódios de conflito”, de Roberto Perobelli de Oliveira; “A crônica jornalística como espaço democrático e como porta-voz da inocência: o descaso sobre mortes de bebês em hospitais”, de Mário Acrisio Alves Júnior, e “Violência e poder na constituição do ethos no discurso religioso exorcista midiático”, de Jarbas Vargas Nascimento e Ivanaldo Santos.

Em “A construção da imagem de si no discurso organizacional”, Gustavo Ximenes Cunha articula a teoria polifônica de Ducrot à teoria da interação de Goffman para discutir a construção/negociação da identidade organizacional por meio do discurso. Partindo do pressuposto teórico de que é na linguagem que os interlocutores interagem e se constituem, uma organização, como instância enunciativa, pode convencer interlocutores/as acerca da identidade que ela reivindica para

si, produzindo uma *persona* capaz de dialogar e influenciar crenças e saberes. Para o autor, a compreensão dessa identidade pode ser acessada por meio de investigação sistemática de propriedades enunciativas, linguísticas e textuais.

No artigo “‘Concordo em parte’ ou ‘discordo totalmente’: ampliando a compreensão do fenômeno das prestações de contas em episódios de conflito”, Roberto Oliveira nos apresenta a análise de um evento de fala-em-interação em que as cantoras brasileiras Anitta e Pitty realizam prestações de contas em um episódio de conflito. O excerto analisado, extraído do programa *Altas Horas*, da Rede Globo de Televisão, mostra uma interação marcada por posições divergentes assumidas pelas interactantes acerca de questões de gênero e as estratégias usadas para prestação de contas. A prestação de contas pode ser compreendida como ação responsiva, como prática mediadora usada para manter ou reparar o alinhamento interacional, ou ainda como ação implementada para restaurar a compreensão mútua ou para marcar divergências, o que ocorre em prestações de contas não harmônicas. Para ter acesso a essa estratégia discursiva, o autor sugere a análise da seleção de elementos que os participantes usam ora para mitigar a diferença ora para marcar a discordância.

Em “A crônica jornalística como espaço democrático e como porta-voz da inocência: o (des)caso sobre a morte de bebês em hospitais”, Mário Acrísio Alves Junior propõe aos leitores e às leitoras uma reflexão sobre o gênero ‘crônica jornalística’, cuja vocação dialógica incorpora e faz ecoar a voz das minorias silenciadas, tornando-se um possível instrumento de democratização. O artigo analisa as estratégias discursivas de que dispõe um/uma cronista para expressar o seu ponto de vista; o *corpus* selecionado corresponde a alguns trechos da crônica “A matança dos bebês”, de Lya Luft, publicada na revista *Veja*, em 2008. Para realizar sua análise, o autor retoma as noções de sujeito e contrato comunicacional, da Semiologia do Discurso, de Charaudeau.

O artigo “Violência e poder na constituição do ethos no discurso religioso exorcista midiático”, escrito por Jarbas Vargas Nascimento e Iveraldo Santos, parte da abordagem enunciativo-discursiva de Maingueneau para discutir os atos de violência verbal presentes em rituais de exorcismo presididos pelo pastor, bispo e comunicador Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). Os autores analisam, por meio das categorias ethos discursivo e violência simbólica, um vídeo veiculado na plataforma YouTube, em que Macedo encena a expulsão do demônio do corpo de uma fiel. Partindo da noção de violência verbal do ponto de vista discursivo, os autores denunciam os sentidos de dominação, submissão, insulto e ameaças produzidos no discurso do pastor exorcista.

A terceira e última seção do livro, intitulada “Discurso, mídia e direito”, é composta por quatro artigos: “O direito na mídia: mediação especializada em Supremo em pauta”, de Ana Elvira

Luciano Gebara e Patrícia Silvestre Leite Di Iório; “Os embates entre a liberdade de expressão e o direito à imagem na mídia”, de Virgínia Colares; “Sentenças judiciais – instâncias enunciativas constitutivas e responsabilidade enunciativa”, de Maria das Graças Soares Rodrigues e “Polêmica como estratégia argumentativa no discurso do contencioso”, de Ana Lucia Tinoco Cabral.

“O discurso na mídia...”, de Gebara e Di Iório, abre a terceira seção, oferecendo ao/à leitor/a uma reflexão sobre a mediação especializada na esfera jornalística. As autoras analisam o blog “Supremo em Pauta”, vinculado à Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e hospedado no Portal do Grupo Estado. Como *corpus*, selecionam três postagens, considerando a cronologia em que são apresentadas no blog; como orientação teórica, adotam o quadro de Charaudeau, que destaca três estratégias discursivas: i) a regulação interacional, que consiste na legitimação da tomada da palavra por parte do eu e na garantia ao tu de um lugar na enunciação; ii) a construção da imagem do falante (*ethos*) como a de alguém credível e digno de confiança; iii) a organização discursiva, ou racionalização, que corresponde ao ato de narrar, descrever, explicar e comentar os eventos considerando o princípio da verdade (*logos*).

O artigo “embates entre liberdade de expressão e direito à imagem”, de Virgínia Colares, propõe-se construir procedimentos teórico-metodológicos para análise crítica do discurso jurídico produzido em diferentes esferas. O texto põe em questão os estudos tradicionais da hermenêutica jurídica e a crise de efetividade e legitimação da dogmática jurídica e das doutrinas e das decisões dos tribunais. Para compreender a materialidade dessa crise, analisa implicações da prática jurídica marcada pela produção ideológica de sentidos, tomando como exemplo uma sentença de danos morais decorrente do direito à imagem.

Para construir um arcabouço teórico capaz de fundamentar a importância da linguagem na construção do social, a autora destaca a noção de jogo de linguagem, de Wittgenstein. Em sua “Filosofia da Linguagem Ordinária”, o autor investiga a produção linguística das pessoas em situações cotidianas, tendo como limitações regras dentro das quais podem ser feitas escolhas táticas. Por meio do conceito de “jogos de linguagem”, Colares explora as estratégias discursivas utilizadas por um juiz na “Sentença de danos morais decorrentes do direito à imagem”, na qual o magistrado produz sentidos específicos, silenciando sobre sentidos alternativos. Em sua análise linguístico-discursiva, ela destaca, entre outros aspectos, o uso de operadores argumentativos, a construção semântica dos argumentos e os processos de modalização.

No artigo “Sentenças judiciais – instâncias enunciativas constitutivas e responsabilidade enunciativa”, Maria das Graças Soares Rodrigues busca responder a duas questões: “quais as instâncias enunciativas são consideradas pelo juiz, ao prolatar uma sentença condenatória no âmbito do direito penal? Como se manifestam, na sentença de pronúncia, ou, na condenatória, as vozes das

oitivas realizadas durante o inquérito de instrução?” (p. 203). As respostas obtidas por meio da análise apontam o caráter intertextual e interdiscursivo do gênero sentença e o dialogismo do fazer do juiz, que constroi o seu ponto de vista e profere a sentença cotejando legislação, quadros epistemológicos, jurisprudência, entre outras instâncias enunciativas. Por tudo isso, o ato discursivo performativo que define a vida do réu ou da ré consolida-se como resultado de gêneros que antecedem a sentença e lhe conferem legitimidade.

No último artigo da terceira seção, “Polêmica como estratégia argumentativa no discurso contencioso”, Ana Lúcia Tinoco Cabral apresenta a análise de três processos civis, gêneros em que predominam a controvérsia, a contra-argumentação e o desacordo, próprios de situações de litígio. A autora insere seu trabalho na linha da semântica argumentativa, da linguística enunciação e do estudo da polêmica e propõe-se responder a duas perguntas; a primeira, sobre as estratégias argumentativas selecionadas por cada uma das partes para marcar o conflito; a segunda, sobre a concretização linguística dessas estratégias.

Em síntese, o livro *Estudos discursivos em diferentes perspectivas...* oferece a seus leitores e leitoras uma visão ampla da produção do grupo Gedim e um exemplo de pesquisas recentes no campo dos estudos discursivos críticos brasileiros. Para os/as pesquisadores/as de diferentes áreas que privilegiam a dimensão da linguagem em suas investigações, o livro oferece bons exemplos de análise, encorajando-os/as a prosseguir na produção de pesquisas multidisciplinares; para linguistas que se filiam a diferentes vertentes dos estudos discursivos, o livro oferece análises situadas, esse é um modo não só de avaliar a vitalidade de um aporte teórico, mas também de ampliá-lo, refutá-lo em algumas dimensões, o que contribui para a produção de novos conhecimentos. Finalmente, para pesquisadores/as iniciantes, o livro pode funcionar como uma espécie de mapa, onde estão situadas diferentes teorias discursivas, em múltiplas combinações com as ciências sociais e humanas. Por tudo isso, esta obra é muito bem vinda.